

Uma reflexão do processo eleitoral em Moçambique

Eleições Autárquicas

Outubro 2018

GRI

RESUMO

O processo eleitoral de Moçambique foi marcado por quatro etapas: 1ª) Recenseamento, 2ª) Período pré-eleitoral e Campanha, 3ª) Votação e 4ª) Escrutínio e publicação oficial dos resultados pela Comissão Nacional de Eleições (CNE) aguardando-se a promulgação por parte do Conselho Constitucional (CC). Ainda dentro de um ambiente de diálogo político, em todas as etapas tem havido incidentes que perturbam as relações sociais e políticas, provocam receio e desconfiança e manifestam o quanto o poder seduz e até onde se pode chegar para não o perder. Com efeito, atrás das manipulações e extorsões, percebe-se falta de liberdade interior e apego ao poder por parte dos que estão com ele e temem perdê-lo. Como dizia Maquiavel no livro “Príncipe”, para quem tem o poder, o fim (que é não perder o poder) justifica os meios (manipulação, mentiras, atropelo à dignidade humana e até o assassinio). Neste texto, apresentamos uma análise do processo eleitoral com propostas pastorais.

1. O AMBIENTE GERAL NO PROCESSO ELEITORAL

1^{er} Momento) Recenseamento: de 19 de Março até 17 de Maio 2018

Esta etapa, diferentemente das outras eleições realizadas até agora, distinguiu-se pela fraca sensibilização dos responsáveis do processo eleitoral com respeito a população: houve pouca publicidade, ausência de campanha de aderência, programas de sensibilização e educação cívica. Poder-se-ia pensar que o partido no poder não estava interessado na realização das eleições. Pode ser devido a isso que a percentagem de recenseamento foi muito baixa. De facto, em duas ocasiões a CNE teve de diminuir as metas propostas de recenseamento¹. O Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) não justificou em público estas reduções do número dos potenciais eleitores originando uma percepção de arbitrariedade. Porém parece ter justificação².

Houve dificuldades nesta etapa em algumas autarquias: abertura tardia dos postos, problemas com o equipamento, cartões de eleitores com informação incompleta, pessoas chegadas de Distritos fora do território das autarquias para se recensearem nas autarquias, material obsoleto, indisciplina dos brigadistas, falta de boletins e combustível, avaria da máquina, lentidão no atendimento, suspeita de recenseamento ‘paralelo’ feito pela FRELIMO³.

2º Momento) Período pré-eleitoral e campanha:

De modo geral, esta etapa parece ter sido mais tranquila que em outras ocasiões. Fala-se de que membros dos diferentes partidos encontravam-se na mesma rua e cumprimentavam-se a excepção de alguns incidentes grave como o atropelo em Chimoio e a briga entre membros do partido Frelimo

¹ CIP, Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique. Nº 27, 16/05/18

² CIP, Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique. Nº 28, 24/05/18

³ CIP, Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique. Nº 24, 24/04/18. CIP, Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique. Nº 25, 05/05/18

e Renamo de Tete, com a intervenção da polícia, precisamente a escassas horas do término do período de campanha.

Porém em Maputo e Quelimane esta etapa foi marcada pela saída do Relator da Bancada Parlamentar do Movimento Democrático (MDM), Venâncio Mondlane, para o partido Renamo, a rejeição da candidatura do filho do Presidente Samora Machel e o afastamento de Araújo do MDM tentando impedir a sua candidatura como cabeça de lista do partido Renamo. O tratamento jurídico dado a estes casos não satisfizera as partes em litígio criando um ambiente de descontentamento mostrando as artimanhas do partido no poder e a pouca independência dos órgãos de justiça no País.

O processo eleitoral em geral e, de maneira particular em Sofala, foi marcado por notas negativas. Os órgãos de administração eleitoral, o STAE e a CNE mostraram mais uma vez, um desempenho bastante medíocre. É inconcebível que volvidos depois de 24 anos de experiência eleitoral continuem-se cometendo os mesmos erros, os mesmos atropelos. Foi notório que o STAE não está preparado para actuar com independência, zelo e integridade. Até 13 horas antes do arranque da votação, o STAE não tinha publicado a lista dos membros de mesas de votação (MMV's) para a autarquia da Beira. Esta situação gerou um ambiente de indignação e suspeita de ser uma tentativa de fraude a benefício do partido Frelimo.

3º Momento) Votação:

A participação média dos eleitores nos 53 municípios foi de 60,3%, um aumento significativo em relação a às eleições anteriores (2013 – 46%, 2008 – 46%, 2003 – 28%). A Cidade de Maputo teve uma participação de 63% e Matola 59%, comparado com 50% e 38% nas eleições passadas (2013). Quatro municípios tiveram uma participação acima de 70%, com Metangula a registar a mais alta participação, de 77%. Malema, onde a Renamo ganhou, teve a mais baixa participação: 39%⁴.

Apesar do processo de recenseamento ter sido considerado abaixo das expectativas, a maior parte das pessoas recenseadas aderiram ao processo de votação. Os eleitores mostraram, assim, que desejavam participar nas decisões que concernem o rumo das coisas, os assuntos da cidade onde residem. Neste sentido percebeu-se um aumento do sentido de cidadania e do desejo de participar e controlar “a coisa pública”, inclusive aqueles a quem o cidadão confia a gestão do Bem Comum.

Houve, ainda, uma grande participação da Sociedade Civil através da iniciativa designada de Sala da Paz, em Nampula, composta pela Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz, organizações da Sociedade Civil coordenadas pelo CEDE (Centro de Estudos de Democracia e Desenvolvimento) e Rádio Encontro que, através de observadores de Assembleias de Votos e repórteres cobriram todo o processo. Também em outras Dioceses a Comissão de Justiça e Paz preparou e disponibilizou observadores nas Assembleias de voto. ‘Votar Moçambique’, uma plataforma da Sociedade Civil conformada por MASC (Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil), CIP (Centro de Integridade Pública), IESE (Instituto de Estudos Sociais e Económicos), WLSA (Mulher e lei na África Austral), CESC (Centro de aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil) e FORCOM (Fórum Nacional de Rádios Comunitárias) para promoção de eleições pacíficas, credíveis e íntegras, com jornalistas e

⁴ CIP. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique – Eleições Autárquicas - edição 68

observadores em todas as Autarquias, conseguiram publicar todos os dias um boletim sobre o processo político em Moçambique divulgando e analisando os incidentes que iam aparecendo ao longo do processo.

Na maioria das Assembleias de votação o processo correu sem grandes sobressaltos excepto nos casos já publicados e conhecidos: Em pelo menos 4 municípios, presidentes de mesa de votação foram flagrados com boletins de voto extra, houve problemas com os cadernos eleitorais (falta de nomes nos cadernos eleitorais), abertura tardia das assembleias de voto, detenções arbitrárias e outras irregularidades, tiroteios em Nyamayabwe, Dondo, Ilha Moçambique, Lichinga, Quelimane, Gurue...⁵.

4º Momento) Apuramento de resultados e publicação oficial pela Comissão Nacional de Eleições:

Enquanto a votação decorreu sem sobressaltos, o apuramento dos votos foi conturbado. É este o momento que mais descontentamento tem provocado. Vários observadores nacionais e internacionais consideram que o processo de votação foi no geral ordeiro, mas verificou-se lentidão no processo contagem e o respectivo apuramento parcial nos municípios onde a Frelimo não teve vitória, o que gerou um clima de desconfiança de manobras dilatórias para dar vantagem o partido no poder. De facto há fortes indícios de fraude nas autarquias de Matola, Marromeu, Monapo, Moatize, Gurue e Alto Molocue⁶ e evidenciou-se após a publicação dos primeiros resultados via contagem paralela e/ou editais das mesas de votos, desde ameaças a jornalistas por terem divulgado os editais das Assembleias de votação em Tete, Nampula e Nacala; roubo de urnas em Marromeu, possível fraude na recontagem dos votos pela Comissão Eleitoral de cada autarquia, votos anulados, desaparecimento de editais, intimidação dos delegados de outros partidos...

3

É escandalosa a situação de Matola com três editais diferentes, assinados todos pelo Presidente da CEC (Comissão de Eleições da Cidade), sem serem reconhecidos pelos membros dos outros partidos e ainda havendo alguns deles manifestado publicamente a fraude. Mais escandaloso é ainda a negação da CNE e STAE a fazer a recontagem de votos mas aprovar via votação os resultados dos municípios controversos.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Frelimo melhorou os resultados em 9 autarquias e perdeu terreno em 44 autarquias. A oposição conquista terreno em todas as regiões mas com clara predominância da Zona Norte, seguida da Zona Centro. A Zona Sul viu um ligeiro crescimento da oposição. A oposição cresceu na zona norte e na zona centro, sendo já a maioria. O sul continua a ser o bastião da Frelimo e o diferencial de votos absolutos que mantém a Frelimo no limiar da maioria absoluta em Moçambique.

A oposição já representa a maioria dos eleitores no segundo, terceiro e quarto maior círculo eleitoral (Matola, Nampula e Beira) e tem a maioria de votos nas duas províncias mais populosas de Moçambique, que juntas representam 40% da população do país. A Frelimo obteve 61% dos votos em 2013 e 51.5% dos votos em 2018. Se a tendência se mantiver nos próximos 12 meses, a Frelimo e o seu candidato não obterão maioria na primeira volta das eleições.

⁵ CIP. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique – Eleições Autárquicas - edição 60 e 61

⁶ CIP. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique – Eleições Autárquicas - edição 63, 65 e 67

A tendência do voto mudou em grande medida porque muitos jovens foram votar (grande parte deles pela primeira vez) sem os compromissos e identidade do passado histórico do País. Os jovens avaliam o desempenho dos partidos em função das próprias necessidades. Jovens frustrados deram um voto-castigo ao partido no poder. Além disso, em algumas regiões, verifica-se a mistura de pessoas chegadas de diferentes pontos do País sem o vínculo histórico que ligava o lugar ao partido.

3. REFLEXÃO SOBRE O ANÁLISE E OS RESULTADOS

Podemos começar a nossa reflexão dizendo que estas eleições tinham tudo para marcar diferença e ser um passo significativo para a reconciliação nacional e a paz, mas não foi assim. Isto nos confirma no intuito de que não será possível sair do conflito enquanto o partido no poder não aceita perder e sair do poder. *“O povo é o meu patrão”* disse o presidente da República Filipe Nyusi no seu discurso de inauguração de mandato. Porém o povo sente que a vontade dele, patrão, não é respeitada porque o servente impõe a vontade e não quer lhe devolver o poder.

“Se desejas conhecer alguém, dai-lhe poder”, diz um sábio. É curioso observar quanto é difícil para alguém que detém poder, libertar-se dele. O poder lhe ajuda a criar-se uma imagem superior aos outros. Pessoas que tomaram o poder para libertar o povo da tirania e opressão, convertem-se em opressores do mesmo povo que quiseram libertar. Temos exemplos disto em muitos lugares do mundo, na América e na África. E é que o poder seduz, atrai com mais força que outros instintos e prazeres. O poder embriaga, cega. Quem tem poder jamais fica satisfeito, sempre quer mais, procura mais, até chegar ao poder absoluto. É necessário ser uma pessoa consciente e disciplinada para saber partilhar o poder sem avareza, sem medo... É necessário ajudar a crescer na liberdade interior: não precisar do poder para sentir-se pessoa.

Na óptica dos políticos, o poder não se partilha. Pelo contrário, acumula-se. Porém, Jesus já advertiu aos seus discípulos: *“Os reis das nações imperam sobre elas e os que nelas exercem a autoridade são chamados benfeitores. Convosco não deve ser assim; o que for maior entre vós seja como o menor, e aquele que mandar, como aquele que serve. Pois quem é maior: o que está sentado à mesa ou o que serve? Não é o que está sentado à mesa? Ora, eu estou no meio de vós como aquele que serve”* (Lc 22, 25-27). As palavras de Jesus produzem frutos de justiça e de paz. Porém, a sede de poder dos políticos corrompe, produz vítimas e não tem futuro.

➤ A voz do Papa Francisco:

Na encíclica *Laudato Si*, o Papa lembra que estamos chamados a conviver em relações de amizade cívica. A corrupção, fraude e engano são problemas ecológicos:

“Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições numa sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: «toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais». Neste sentido, a ecologia social é necessariamente institucional e progressivamente alcança as diferentes dimensões, que vão desde o grupo social primário, a família, até à vida internacional, passando pela comunidade local e a nação. Dentro de cada um dos níveis sociais e entre eles, desenvolvem-se as instituições que regulam as relações humanas. Tudo o que as danifica comporta efeitos nocivos, como a perda da liberdade, a injustiça e a violência. Vários países são governados por um sistema institucional precário, à custa do sofrimento do povo e para benefício daqueles que lucram com este estado de coisas. Tanto dentro da administração do

Estado, como nas diferentes expressões da sociedade civil, ou nas relações dos habitantes entre si, registam-se, com demasiada frequência, comportamentos ilegais. As leis podem estar redigidas de forma correcta, mas muitas vezes permanecem letra morta” (LS 142).

4. PROPOSTA PASTORAL

A Plataforma da Sociedade Civil: VOTAR MOÇAMBIQUE publicou o seu posicionamento em prol de umas eleições justas e transparentes onde a vontade do povo seja respeitada. A Igreja pode apoiar e somar-se ao posicionamento da Sociedade Civil.

A Igreja pode fazer um comunicado curto, claro e conciso exigindo que a vontade do povo seja respeitada e que, diante as desconfianças e suspeitas de tentativa de fraude, os responsáveis do processo eleitoral se disponibilizem a mostrar transparência fazendo em público a recontagem de votos das autarquias em questão.

A Igreja deve pressionar para que haja verdadeira democracia em salvaguarda da paz social e da reconciliação nacional. É o momento. É o tempo de Deus e do Espírito. Não haverá paz se não há liberdade de pensamento, de expressão e de partidarismo. Não haverá paz se o Estado não se despartidariza. Não haverá paz se os cidadãos são enganados.

Os Bispos não devem ficar calados quando as irregularidades eleitorais ameaçam destruir todos os ganhos do recente diálogo político. Como se sabe, em protesto aos desmandos eleitorais, o Coordenador da Renamo, Ossufo Momade, suspendeu todas as negociações como Governo que visavam concluir o processo de desmobilização, desmilitarização e reintegração dos homens residuais da Renamo, até que se esclareçam todos os casos em litígio eleitoral.

BIBLIOGRAFIA

CIP, “Eleições Autárquicas com participação record de 60%. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique”. *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*, edição 68

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 24, 24/04/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 25, 05/05/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 27, 16/05/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 61, 10/10/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 63, 11/10/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 67, 14/10/18

CIP, *Eleições Autárquicas 2018. Boletim sobre o Processo Político em Moçambique*. Nº 69, 21/10/18

Cistac, G (2011). *Manual Prático de Jurisprudência Eleitoral*. Escolar Editora: Maputo

Codina, V. *Nicaragua y la erótica del poder*. <http://blog.cristianismeijusticia.net/2018/07/31/ortega-nicaragua-la-erotica-del-poder>. Acesso no 15/10/18

IESE, *Barómetro da Governação Municipal 2017. Relatório de dados quantitativos*. PDF

Papa Francisco (2015). *Laudato Si*. Vaticana: Roma

Resultados eleitorais gerais. Documento PDF

RM (2018). *Lei nº 1/2018, 12 de Junho Lei da Revisão pontual da constituição da República de Moçambique abreviadamente*, Assembleia da República: Maputo

RM (2018). *Lei nº 6/2018, 3 de Agosto, que altera a Lei nº 2/97, 18 de Fevereiro*, Assembleia da República: Maputo

RM (2018). *Lei nº 7/2018, 3 de Agosto, que altera a Lei nº 7/2013, 22 de Fevereiro, republicada pela Lei nº 10/2014, 10 de Abril*, Assembleia da República: Maputo